

ESTADO, CAPITALISMO E CLASSES SOCIAIS

CONTRIBUIÇÕES DE HISTÓRIA E
FILOSÓFIA POLÍTICA

MIKHAIL BAKUNIN

Nossas Referências



③ COPYLEFT

É livre, e inclusive incentivada, a reprodução deste livro, para fins estritamente não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

Edição, revisão e preparação:
ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA LIBERTÁRIA (OSL)

Projeto gráfico, diagramação e capa:
MAYCON MACIEL

Organização Socialista Libertária (OSL)
www.socialismolibertario.net

SUMÁRIO

Nossas Referências	5
--------------------	---

■ MIKHAIL BAKUNIN

Três Conferências Feitas aos Operários do Vale de Saint-Imier (1871)	7
--	---

Primeira Conferência	9
Segunda Conferência.....	23
Terceira Conferência.....	39

10. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 35, 10, 1175-1182.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2689-2693.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2689-2693.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2689-2693.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2689-2693.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

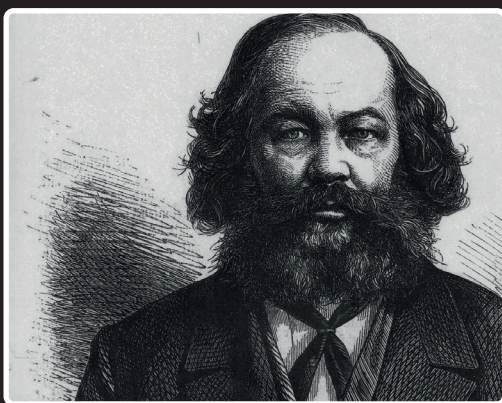
1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2689-2693.

Nossas Referências

Nossas Referências é o nome da coleção de textos selecionados pela Secretaria de Formação Política da **Organização Socialista Libertária (OSL)**. Com contribuições de anarquistas e organizações anarquistas de diferentes épocas, essa coleção serve para orientar a discussão teórica da militância da **OSL**, e também de outras pessoas que tenham interesse nos temas abordados. Trata-se de um material de referência para a organização, cuja concordância com suas linhas gerais não implica necessariamente acordo absoluto. Esse material certamente não esgota todas as demandas teóricas organizacionais, mas constitui um bom ponto de partida para subsidiar os aprofundamentos necessários.

Boa leitura!



*Digitalizado a partir do livro O Princípio
do Estado e Outros Ensaios (Hedra, 2008).
Tradução de Plínio A. Coêlho.*

Mikhail Bakunin

**TRÊS CONFERÊNCIAS
FEITAS AOS OPERÁRIOS
DO VALE DE SAINT-IMIER
(1871)**

**Mikhail
Bakunin**

PRIMEIRA CONFERÊNCIA



Companheiros, desde a grande Revolução de 1789-1793, nenhum dos eventos que a sucederam, na Europa, teve a importância e a grandeza daqueles que acontecem diante de nossos olhos, e dos quais Paris é hoje o teatro.

Dois fatos históricos, duas revoluções memoráveis haviam constituído o que denominamos mundo moderno, o mundo da civilização burguesa. Uma, conhecida sob o nome de Reforma, no começo do século XVI, havia destruído a pedra angular do edifício feudal, a onipotência da Igreja; ao destruir essa força, ela preparou a ruína do poder independente e quase absoluto dos senhores feudais, que, abençoados e protegidos pela Igreja, como os reis, e frequentemente mesmo contra os reis, faziam proceder seus direitos diretamente da graça divina; e por isso mesmo ela proporcionou um novo desenvolvimento à emancipação da classe burguesa, lentamente preparada,

por sua vez, durante os dois séculos que haviam precedido essa revolução religiosa, pelo desenvolvimento sucessivo das liberdades comunais, e pelo desenvolvimento do comércio e da indústria que haviam sido ao mesmo tempo sua condição e sua consequência necessárias.

Dessa revolução surgiu uma nova potência, não ainda a da burguesia, mas a do Estado, monárquico, constitucional e aristocrático na Inglaterra, monárquico, absoluto, nobiliárquico, militar e burocrático em todo o continente da Europa, com exceção de duas pequenas repúblicas, a Suíça e a Holanda.

Deixemos, por gentileza, essas duas repúblicas de lado e ocupemo-nos das monarquias. Examinemos as relações das classes, sua situação política e social depois da Reforma.

A todo senhor, toda honra, começemos, portanto, pela dos padres; e sob esse nome de padres não entendo apenas os da Igreja católica, mas também os ministros protestantes, em resumo, todos os indivíduos que vivem do culto divino e que nos vendem o Bom Deus tanto no atacado quanto no varejo. Quanto às diferenças teológicas que os separam, elas são tão sutis e, ao mesmo tempo, tão absurdas que seria uma vã perda de tempo ocupar-nos com elas.

Antes da Reforma, a Igreja e os padres, o Papa encabeçando, eram os verdadeiros senhores da terra. Segundo a doutrina da Igreja, as autoridades temporais de todos os países, os monarcas mais poderosos, os imperadores e os reis, só tinham direitos na medida em que estes tivessem sido reconhecidos e consagrados pela Igreja. Sabe-se que os dois últimos séculos da Idade Média foram ocupados pela luta cada vez mais ardente e triunfante dos soberanos coroados contra o Papa, dos Estados contra

a Igreja. A Reforma pôs fim a essa luta, proclamando a independência dos Estados. O direito do soberano foi reconhecido como procedendo imediatamente de Deus, sem a intervenção do Papa nem de nenhum outro padre, e, naturalmente, graças a essa proveniência celestial, foi declarado absoluto. Assim, sobre as ruínas do despotismo da Igreja, foi erigido o edifício do despotismo monárquico. A Igreja, depois de ter sido a senhora, tornou-se a serva do Estado, um instrumento de governo nas mãos do monarca.

Ela tomou essa atitude não somente nos países protestantes, onde, sem excluir a Inglaterra, especialmente pela Igreja anglicana, o monarca foi declarado o chefe da Igreja, mas ainda em todos os países católicos, sem excetuar sequer a Espanha. O poderio da Igreja romana, quebrado pelos terríveis golpes que a Reforma lhe desferiu, só se pode apoiar daí em diante nela mesma. Para manter sua existência, ela precisou da assistência dos soberanos temporais dos Estados. Mas os soberanos, como se sabe, nunca dão sua assistência a troco de nada. Eles nunca tiveram outra religião sincera, outro culto senão o de seu poderio e de suas finanças, estas últimas sendo ao mesmo tempo o meio e o objetivo do primeiro. Assim, para comprar o apoio dos governos monárquicos, a Igreja devia provar-lhes que ela era capaz e desejosa de servi-los. Antes da Reforma, ela havia muitas vezes insurgido os povos contra os reis. Depois da Reforma, tornou-se, em todos os países, inclusive a Suíça, a aliada dos governos contra os povos, um tipo de polícia negra, nas mãos dos homens de Estado e das classes governantes, dando-se por missão pregar às massas populares a resignação, a paciência, a obediência consequentemente, e a renúncia aos bens e às fruições desta terra, que o povo, segundo

ela dizia, deve abandonar aos felizes e aos poderosos da terra, a fim de assegurar para si mesmo os tesouros celestes. Como sabeis, ainda hoje, todas as Igrejas cristãs, católicas e protestantes, continuam a pregar nesse sentido. Felizmente, elas são cada vez menos ouvidas, e podemos prever o momento em que serão forçadas a fechar seus estabelecimentos por falta de fiéis, ou, o que quer dizer a mesma coisa, por falta de trouxas.

Vejamos agora as transformações que se efetuaram na classe feudal, na nobreza, após a Reforma. Ela permaneceu a proprietária privilegiada e mais ou menos exclusiva da terra, mas havia perdido toda sua independência política. Antes da Reforma havia sido, assim como a Igreja, a rival e a inimiga do Estado. Depois dessa revolução, tornou-se a serva, assim como a Igreja, e, como ela, uma serva privilegiada. Todas as funções militares e civis do Estado, excetuando as menos importantes, foram ocupadas por nobres. As cortes dos grandes e mesmo dos pequenos monarcas da Europa foram preenchidas por eles. Os maiores senhores feudais, outrora tão independentes e tão orgulhosos, tornaram-se os criados titulados dos soberanos. Perderam seu orgulho e sua independência, mas conservaram toda sua arrogância. Pode-se até mesmo dizer que ela aumentou, sendo a arrogância o vício privilegiado dos lacaios. Vis, rastejantes, servis na presença do soberano, tornaram-se ainda mais insolentes em relação aos burgueses e ao povo, que continuaram a pilhar, não mais em seu próprio nome e no do direito divino, mas com a permissão e a serviço de seus senhores, e sob o pretexto do maior interesse do Estado. Esse caráter e essa situação particular da nobreza conservaram-se quase integralmente, mesmo em nossos dias, na Alemanha, país estranho e que parece ter o privilégio de sonhar com as

coisas mais belas, mais nobres, para realizar somente as mais abjetas e as mais infames. Prova disso são as barbaridades ignóbeis, atrozes, da última guerra, a formação bem recente desse terrível Império cnuto-germânico, que é incontestavelmente uma ameaça à liberdade de todos os países da Europa, um desafio lançado a toda a humanidade pelo despotismo brutal de um imperador-policia e soldado ao mesmo tempo, e pela estúpida insolência de sua canalha nobiliária.

Pela Reforma, a burguesia viu-se completamente liberta da tirania e da pilhagem dos senhores feudais, enquanto bandidos ou ladrões independentes e privados; mas ela se viu entregue a uma nova tirania e a uma nova pilhagem doravante regularizadas, sob o nome de impostos ordinários e extraordinários do Estado, por esses mesmos senhores tornados servidores, quer dizer, bandoleiros e ladrões legítimos, do Estado. Essa transição da pilhagem feudal à pilhagem muito mais regular e mais sistemática do Estado pareceu inicialmente satisfazer a classe média. Deve-se concluir disso que foi inicialmente para ela um verdadeiro alívio de sua situação econômica e social. Mas o apetite vem do comer, diz o provérbio. Os impostos dos Estados, de início bastante modestos, aumentaram a cada ano, em uma proporção inquietante, não tão formidável, entretanto, quanto nos Estados monárquicos de nossos dias. As guerras, pode-se dizer, incessantes, que esses Estados, tornados absolutos, fizeram entre si, a pretexto de equilíbrio internacional, desde a Reforma até a Revolução de 1789; a necessidade de manter grandes exércitos permanentes, que dali em diante tornaram-se a base principal da conservação dos Estados; o luxo crescente das cortes dos soberanos, transformadas em orgias permanentes, e onde a canalha

nobiliária, toda a criadagem titulada, ornamentada, vinha mendigar pensões de seus senhores; a necessidade de alimentar toda essa multidão privilegiada que preenchia as mais altas funções no exército, na burocracia e na polícia, tudo isto exigiu enormes gastos. Esses gastos foram pagos, naturalmente, antes de todos os demais, pelo povo, mas também pela classe burguesa que, até a Revolução, foi também, senão no mesmo grau que o povo, considerada uma vaca leiteira, não possuindo outra finalidade senão sustentar o soberano e alimentar essa multidão inumerável de funcionários privilegiados. A Reforma, por sinal, fez a classe média perder em liberdade talvez o dobro do que ela lhe deu em segurança. Antes da Reforma, ela havia sido geralmente a aliada e o sustentáculo indispensável dos reis em sua luta contra a Igreja e senhores feudais, e havia habilmente se aproveitado para conquistar um certo grau de independência e de liberdade. Mas a partir do momento em que a Igreja e os senhores feudais subjugaram-se ao Estado, os reis, não necessitando mais dos serviços da classe média, privaram-na, pouco a pouco, de todas as liberdades que lhe tinham outrora outorgado.

Se tal foi a situação da classe burguesa após a Reforma, pode-se imaginar qual deve ter sido a das massas populares, dos camponeses e dos operários das cidades. Os camponeses da Europa central, na Alemanha, na Holanda, até mesmo parcialmente na Suíça, como se sabe, fizeram, no começo do século XVI e da Reforma, um movimento grandioso para se emancipar, ao grito de “Guerra aos castelos e paz às choupanas”. Esse movimento, traído pela classe burguesa, e amaldiçoado pelos chefes do protestantismo burguês, Lutero e Melanchthon, foi sufocado no sangue de várias dezenas de milhares de camponeses

insurretos. Daí em diante, os camponeses viram-se, mais do que nunca, ligados à gleba, servos de direito, escravos de fato, e permaneceram neste estado até a Revolução de 1789-1793 na França, até 1807 na Prússia, e até 1848 em quase todo o resto da Alemanha. Em diversas partes do norte da Alemanha, e especialmente em Mecklenburgo, a servidão existe ainda hoje [1871], mesmo que já tenha cessado de existir inclusive na Rússia.

O proletariado das cidades não foi muito mais livre do que os camponeses. Ele se dividia em duas categorias, a dos operários, que faziam parte das corporações, e a do proletariado, em nada organizada. A primeira estava atada, imobilizada, em seus movimentos e em sua produção, por uma grande quantidade de regulamentos que a escravizava aos chefes das corporações, aos patrões. A segunda, privada de todo direito, era oprimida e explorada por todo mundo. A maior massa de impostos, como sempre, recaía necessariamente sobre o povo.

Essa ruína e essa opressão geral das massas operárias, e da classe burguesa em parte, tinham por pretexto e por objetivo declarado a grandeza, o poder, a magnificência do Estado monárquico, nobiliárquico, burocrático e militar, Estado que na adoração oficial havia tomado o lugar da Igreja, e era proclamado como uma instituição divina. Houve, portanto, uma moral do Estado, totalmente diferente, ou melhor, totalmente oposta à moral privada dos Homens. Na moral privada, enquanto não está absolutamente viciada pelos dogmas religiosos, há um fundamento eterno, mais ou menos reconhecido, compreendido, aceito e realizado em cada sociedade humana. Esse fundamento nada mais é senão o respeito humano, o respeito pela dignidade humana, pelo direito e pela liberdade de todos os indivíduos humanos. Respeitá-los, eis o dever

de todos; amá-los e incitá-los, eis a virtude; violá-los, ao contrário, é crime. A moral do Estado é completamente oposta a essa moral humana. O Estado afirma-se a todos os seus súditos como o objetivo supremo. Servir seu poderio, sua grandeza, por todos os meios possíveis e impossíveis, e contrariamente até mesmo a todas as leis humanas e ao bem da humanidade, eis a virtude. Assim, tudo que contribui para o poder e a ampliação do Estado é o bem; tudo que lhe é contrário, mesmo que seja a ação mais virtuosa, a mais nobre do ponto de vista humano, é o mal. Eis por que os homens de Estado, os diplomatas, os ministros, todos os funcionários do Estado, sempre se serviram de crimes, mentiras e traições infames para servir o Estado. A partir do momento que uma vilania é cometida a serviço do Estado, ela se torna ação meritória. Tal é a moral do Estado. É a própria negação da moral humana e da humanidade.

A contradição reside na própria noção de Estado. O Estado universal, jamais tendo podido realizar-se, implica que todo Estado seja um ser restrito, compreendendo um território limitado e um número mais ou menos restrito de governados. A imensa maioria da espécie humana permanece, portanto, fora de cada Estado, e a humanidade inteira está dividida entre um grande número de Estados grandes, médios ou pequenos, dentre os quais, cada um deles, apesar de só abraçar uma parte muito restrita da espécie humana, proclama-se e apresenta-se como o representante de toda a humanidade e como algo absoluto. Dessa forma, tudo o que resta fora dele, todos os outros Estados, com seus governados e a propriedade de seus governados, são considerados, por cada Estado, seres privados de toda sanção, de todo direito, e consequentemente, pensa ter o direito de atacar, conquistar,

massacrar, pilhar, tanto quanto seus meios e suas forças o permitam. Sabeis, caros companheiros, que nunca se conseguiu estabelecer um direito internacional, e nunca se pôde fazê-lo precisamente porque, do ponto de vista do Estado, tudo o que está fora do Estado é privado de direito. Assim, basta que um Estado declare guerra a outro para que ele permita, ou melhor, para que ordene a seus próprios governados que cometam contra os governados do Estado inimigo todos os crimes possíveis: o assassinato, o estupro, o roubo, a destruição, o incêndio, a pilhagem. E todos esses crimes são reputados como abençoados pelo Deus dos cristãos, que cada um dos Estados beligerantes considera e proclama seu partidário, à exclusão do outro — o que naturalmente deve colocar em grande embaraço esse pobre Bom Deus, em nome do qual os crimes mais hediondos foram e continuam a ser cometidos sobre a terra. Eis por que somos inimigos do Bom Deus, e consideramos essa ficção, esse fantasma divino, uma das principais fontes dos males que atormentam os Homens.

Eis por que somos igualmente adversários exacerbados do Estado e de todos os Estados. Enquanto houver Estados, não haverá humanidade, e enquanto houver Estados, a guerra e os horríveis crimes de guerra, e a ruína, a miséria dos povos, que são suas consequências inevitáveis, serão permanentes.

Enquanto os Estados existirem, as massas populares, mesmo nas repúblicas mais democráticas, serão escravas de fato, pois elas não trabalharão com vistas a sua própria felicidade e sua própria riqueza, mas para o poderio e para a riqueza do Estado. E o que é o Estado? Sustenta-se que é a expressão e a realização da utilidade, do bem, do direito e da liberdade de todo mundo. Pois bem, aqueles

que sustentam isso mentem, assim como mentem aqueles que declaram que o Bom Deus é o protetor de todo mundo. Desde que a fantasia de um Ser divino se formou na imaginação dos Homens, Deus, todos os deuses, e entre eles, sobretudo, o Deus dos cristãos, sempre tomou partido pelos fortes e pelos ricos contra as massas ignorantes e miseráveis. Ele abençoou, por intermédio de seus padres, os privilégios mais revoltantes, as opressões e as explorações mais infames.

Do mesmo modo, o Estado outra coisa não é senão a garantia de todas as explorações em proveito de um pequeno número de felizes privilegiados, em detrimento das massas populares. Ele se serve da força coletiva e do trabalho de todos para assegurar a felicidade, a prosperidade e os privilégios de alguns, em detrimento do direito humano de todos. É um estabelecimento para o qual a minoria desempenha o papel de martelo e a maioria representa a bigorna.

Até a grande Revolução, a classe burguesa, ainda que em grau menor do que as massas populares, tinha feito parte da bigorna. E foi por esse motivo que ela foi revolucionária.

Sim, ela foi revolucionária. Ousou revoltar-se contra todas as autoridades divinas e humanas e questionou Deus, os reis, o Papa. Atacou sobretudo a nobreza, que ocupava, no Estado, um lugar que ela, por sua vez, ardia de impaciência em ocupar. Mas não, eu não quero ser injusto, e não posso de forma alguma sustentar que, em seus magníficos protestos contra a tirania divina e humana, ela tenha sido conduzida e incitada unicamente por um pensamento egoísta. A força das coisas, a própria natureza de sua organização particular, tinham-na levado instintivamente a tomar o poder. Mas como ainda não

possuía a consciência do abismo que a separa realmente das massas operárias que explora, como essa consciência ainda não havia despertado no próprio seio do proletariado, a burguesia, representada, nessa luta contra a Igreja e o Estado, por seus mais nobres espíritos e por suas maiores qualidades, acreditou de boa-fé que trabalhava igualmente para a emancipação de todos.

Os dois séculos que separam as lutas da Reforma religiosa daquelas da grande Revolução foram o período heroico da classe burguesa. Tornada poderosa pela riqueza e pela inteligência, atacou audaciosamente todas as instituições respeitadas da Igreja e do Estado. Ela minou tudo, inicialmente pela literatura e pela crítica filosófica; mais tarde, derrubou tudo pela revolta aberta. Foi ela quem fez a revolução de 1789 e de 1793. Sem dúvida só pôde fazê-la servindo-se da força popular; mas foi ela quem organizou essa força e que a dirigiu contra a Igreja, contra a realeza e contra a nobreza. Foi ela quem pensou e quem tomou a iniciativa de todos os movimentos que o povo executou. A burguesia tinha fé em si mesma, sentia-se poderosa porque sabia que atrás dela, com ela, havia o povo.

Se alguém compara os gigantes do pensamento e da ação emanados da classe burguesa no século XVIII, com as maiores celebridades, com os célebres anões vaidosos que a representam em nossos dias, poder-se-á convencer da decadência, da queda terrível que se produziu nessa classe. No século XVIII, ela era inteligente, audaciosa, heroica. Hoje se mostra covarde e estúpida. Outrora, cheia de fé, tudo ousava e tudo podia. Hoje, atormentada pela dúvida e desmoralizada por sua própria iniquidade, que está mais em sua situação do que em sua vontade, oferece-nos o quadro da mais vergonhosa impotência.

Os recentes eventos da França provam-no muito bem. A burguesia mostra-se totalmente incapaz de salvar a França. Ela preferiu a invasão dos prussianos à revolução popular, única a poder operar essa salvação. Deixou cair de suas débeis mãos a bandeira dos progressos humanos, a da emancipação universal. E o proletariado de Paris hoje nos prova que os trabalhadores são, doravante, os únicos capazes de portá-la.

Numa próxima sessão, cuidarei de demonstrá-lo.

**Mikhail
Bakunin**

SEGUNDA CONFERÊNCIA



Caros companheiros, eu vos disse da outra vez que dois grandes eventos históricos haviam fundado a força da burguesia: a revolução religiosa do século XVI, conhecida sob o nome de Reforma, e a grande Revolução política do século passado XVIII. Acrescentei que esta última, realizada decerto pela força do braço popular, havia sido iniciada e dirigida exclusivamente pela classe média. Devo também vos provar, agora, que foi também a classe média, exclusivamente, que se aproveitou disso.

E, todavia, o programa dessa Revolução, à primeira vista, parece imenso. Ela não se realizou em nome da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade da espécie humana, três palavras que parecem abraçar tudo o que no presente e no futuro a humanidade pode desejar realizar? Como é possível, portanto, que uma Revolução que se havia anunciado de maneira tão ampla tenha resultado

miseravelmente na emancipação exclusiva, restrita e privilegiada, de uma única classe, em detrimento desses milhões de trabalhadores que se encontram hoje esmagados pela prosperidade insolente e iníqua dessa classe?

Ah! É que essa Revolução foi apenas uma revolução política. Ela havia audaciosamente derrubado todas as barreiras, todas as tiranias políticas, mas havia deixando intactas — havia inclusive proclamado sagradas e invioláveis — as bases econômicas da sociedade, que foram a fonte eterna, o fundamento principal de todas as iniquidades políticas e sociais, de todos os absurdos religiosos passados e presentes. Ela havia proclamado a liberdade de cada um e de todos, ou melhor, proclamara o direito de ser livre para cada um e para todos. Mas ela havia dado realmente os meios para realizar essa liberdade e dela usufruir somente aos proprietários, aos capitalistas, aos ricos.

“A pobreza é a escravidão!”

Eis as terríveis palavras que, com sua voz simpática, emanada da experiência e do coração, nosso amigo [Sylvain] Clément repetiu-nos várias vezes, nestes poucos dias que tenho a felicidade de passar em vosso meio, caros companheiros e amigos.

Sim, a pobreza é a escravidão, é a necessidade de vender seu trabalho, e com seu trabalho sua pessoa, ao capitalista que vos dá o meio de não morrer de fome. É preciso ter realmente o espírito interessado na mentira dos Senhores burgueses para ousar falar da liberdade política das massas operárias! Bela liberdade essa que os escraviza aos caprichos do capital e os acorrenta, à vontade do capitalista, pela fome! Caros amigos, seguramente não preciso vos provar, a vós que aprendestes a conhecer por longa e dura experiência as misérias do

trabalho, que, enquanto o capital permanecer de um lado, e o trabalho do outro, o trabalho será o escravo do capital, e os trabalhadores, os governados dos Senhores burgueses, que vos dão, por irrisão, todos os direitos políticos, todas as aparências da liberdade, para conservar a realidade dessa liberdade exclusivamente para si mesmos.

O direito à liberdade, sem os meios de realizá-la, é apenas uma quimera. E amamos muito a liberdade para nos contentarmos com sua fantasia, não é verdade? Nós desejamos sua realidade. Mas o que constitui o fundamento real e a condição positiva da liberdade? É o desenvolvimento integral e a plena fruição de todas as faculdades corporais, intelectuais e morais para todos. São, consequentemente, todos os meios materiais necessários à existência humana de todos; são, em seguida, a educação e a instrução. Um homem que morre de inanição, que se encontra esmagado pela miséria, que se acaba, a cada dia, de frio e de fome, e que, vendo sofrer todos aqueles a quem ama, não pode socorrê-los, não é um homem livre, é um escravo. Um homem condenado a permanecer toda a sua vida um ser brutal, por falta de educação humana, um homem privado de instrução, um ignorante, é necessariamente um escravo; e se ele exerce direitos políticos, podeis estar certos de que, de uma maneira ou de outra, os exercerá sempre contra ele mesmo, em proveito de seus exploradores, de seus senhores.

A condição negativa da liberdade é a seguinte: nenhum homem deve obediência a outro; ele só é livre sob a condição de que todos os seus atos sejam determinados, não pela vontade de outros homens, mas por suas próprias vontades e convicções. Mas um homem a quem a fome obriga a vender seu trabalho, e, com seu trabalho, sua pessoa, pelo mais baixo valor possível, ao

capitalista que consente em explorá-lo; um homem que sua própria brutalidade e sua ignorância abandonam à mercê de seus sábios exploradores, será, necessariamente e sempre, um escravo.

Isto não é tudo. A liberdade dos indivíduos não é absolutamente um fato individual, é um fato, um produto coletivo. Nenhum homem poderia ser livre fora e sem o concurso de toda a sociedade humana. Os individualistas, ou os pseudo-irmãos socialistas, que combatemos em todos os congressos de trabalhadores, sustentaram, com os moralistas e os economistas burgueses, que o Homem podia ser livre, que ele podia ser Homem, fora da sociedade, dizendo que a sociedade tinha sido fundada por um livre contrato de Homens anteriormente livres.

Essa teoria, proclamada por J.-J. Rousseau, o escritor mais nocivo do século passado, o sofista que inspirou todos os revolucionários burgueses, essa teoria denota uma completa ignorância, tanto da natureza quanto da história. Não é no passado, nem no presente, que devemos buscar a liberdade das massas; é no futuro — em um futuro próximo: é nessa jornada de amanhã que devemos criar, nós mesmos, pela força de nosso pensamento, de nossa vontade, mas também pela força de nossos braços. Antes de nós, nunca houve livre contrato, só houve brutalidade, estupidez, iniquidade e violência — e ainda hoje, vós o sabeis muito bem, esse pretenso livre contrato denomina-se pacto de fome, a escravidão da fome para as massas e a exploração da fome pelas minorias que nos devoram e nos oprimem.

A teoria do livre contrato é igualmente falsa do ponto de vista da natureza. O Homem não cria voluntariamente a sociedade: ele nasce involuntariamente nela. Ele é por excelência um animal social. Só pode se tornar um

Homem, isto é, um animal pensante, falante, amando e desejando, em sociedade. Imaginai o Homem dotado pela natureza das faculdades mais geniais, jogado desde sua primeira infância fora de toda sociedade humana, em um deserto. Se ele não perecer miseravelmente, o que é o mais provável, outra coisa não será senão um animal, um macaco, privado de fala e de pensamento — pois o pensamento é inseparável da fala: ninguém pode pensar sem palavras. Mesmo quando, perfeitamente isolado, encontrai-vos sozinho, para pensar deveis fazer uso de palavras; bem podeis ter imaginações representativas das coisas, mas tão logo desejais pensar uma coisa, deveis vos servir de palavras, pois somente as palavras determinam o pensamento e dão às representações fugitivas, aos instintos, o caráter de pensamento. O pensamento não existe antes da fala, nem a fala antes do pensamento; essas duas formas de um mesmo ato do cérebro humano nascem juntas. Assim, nada de pensamento sem fala. Mas o que é a fala? É a comunicação, é a conversação de um indivíduo humano com muitos outros indivíduos. O Homem animal só se transforma em ser humano, quer dizer, pensante, pela conversação, nessa conversação. Sua individualidade, sendo humana, sua liberdade, é, portanto, produto da coletividade.

O Homem só se emancipa da pressão tirânica, que sobre todos exerce a natureza exterior, pelo trabalho coletivo; isso porque o trabalho individual, impotente e estéril, nunca poderia vencer a natureza. O trabalho positivo, aquele que criou todas as riquezas e toda a nossa civilização, sempre foi um trabalho social, coletivo; apenas, até o presente, ele foi iniquamente explorado por indivíduos em detrimento das massas operárias. Da mesma forma, a educação e a instrução que desenvolvem

o Homem, essa educação e essa instrução das quais os Senhores burgueses são tão orgulhosos, e que vertem com tanta parcimônia sobre as massas populares, são igualmente produtos de toda a sociedade. O trabalho e, direi até mesmo mais, o pensamento instintivo do povo as criam, mas eles as criaram, até agora, unicamente em proveito dos indivíduos burgueses. É, portanto, ainda uma exploração de trabalho coletivo por indivíduos que não possuem nenhum direito a fazê-la.

Tudo o que é humano no Homem, e mais do que qualquer outra coisa, a liberdade, é o produto de trabalho social, coletivo. Ser livre no isolamento absoluto é um absurdo inventado pelos teólogos e metafísicos, que substituíram a sociedade dos Homens pela de seu fantasma, de Deus. Todos, dizem eles, se sentem livres na presença de Deus, quer dizer, do vazio absoluto, do nada; é, portanto, a liberdade do nada, ou então o nada da liberdade, a escravidão. Deus, a ficção de Deus, foi historicamente a fonte moral, ou melhor, imoral, de todas as escravizações.

Quanto a nós, que não queremos nem fantasias, nem nada, mas a realidade humana viva, reconhecemos que o Homem só pode sentir-se e saber-se livre — e, consequentemente, só pode realizar sua liberdade — no meio dos Homens. Para ser livre, necessito ver-me rodeado, e reconhecido como tal, por Homens livres. Só sou livre quando minha personalidade, refletindo-se, como em inúmeros espelhos, na consciência igualmente livre de todos os Homens que me cercam, retorna-me reforçada pelo reconhecimento de todos. A liberdade de todos, longe de ser um limite da minha, como sustentam os individualistas, é, ao contrário, sua confirmação, sua realização e sua extensão infinita. Desejar a liberdade e a dignidade humana de todos os Homens, ver e sentir

minha liberdade confirmada, sancionada, infinitamente ampliada pelo assentimento de todos, eis a felicidade, o paraíso humano sobre a terra.

Mas essa liberdade só é possível na igualdade. Se há um ser humano mais livre do que eu, torno-me forçosamente seu escravo; se o sou mais do que ele, ele será o meu. Assim, a igualdade é uma condição absolutamente necessária da liberdade.

Os burgueses revolucionários de 1793 compreenderam muito bem essa necessidade lógica. Dessa forma, a palavra *Igualdade* aparece como o segundo termo em sua fórmula revolucionária: *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*. Mas que igualdade? A igualdade diante da lei, a igualdade dos direitos políticos, a igualdade dos cidadãos no Estado. Observai bem esse termo, igualdade dos cidadãos, não a dos Homens; isso porque o Estado não reconhece em absoluto os Homens, só reconhece os cidadãos. Para ele, o Homem só existe quando exerce — ou que, por pura ficção, supõem exercer — os direitos políticos. O Homem que é esmagado pelo trabalho forçado, pela miséria, pela fome, o Homem que é socialmente oprimido, economicamente explorado, esmagado, e que sofre, não existe absolutamente para o Estado, que ignora seus sofrimentos e sua escravidão econômica e social, sua servidão real que se esconde sob as aparências de uma liberdade política mentirosa. É, portanto, a igualdade política, não a igualdade social.

Meus caros amigos, vós todos sabeis, por experiência, o quanto essa pretensa igualdade política não fundada sobre a igualdade econômica e social é enganadora. Em um Estado amplamente democrático, por exemplo, todos os Homens que alcançaram a maioria, e que não se encontram sob os efeitos de uma condenação criminal,

possuem o direito, e até mesmo, acrescentemos, o dever de exercer todos os direitos políticos e de exercer todas as funções para as quais pode designá-los a confiança de seus concidadãos. O último homem do povo, o mais pobre, o mais ignorante, pode e deve exercer todos esses direitos e ocupar todas essas funções: pode-se imaginar uma igualdade mais ampla do que essa? Sim, ele o deve, pode legalmente; mas, na realidade, isso lhe é impossível. Esse poder é apenas facultativo para os Homens que fazem parte das massas populares, mas ele não se torna, nunca poderá se tornar real para eles a não ser por uma transformação radical das bases econômicas da sociedade — ou seja, a menos que ocorra uma revolução social. Esses pretensos direitos políticos exercidos pelo povo são, portanto, apenas uma vã ficção.

Estamos cansados de todas as ficções, tanto religiosas quanto políticas. O povo está cansado de se nutrir de fantasias e fábulas. Esse alimento não engorda. Hoje, ele pede a realidade. Vejamos o que há de real, para ele, no exercício dos direitos políticos.

Para desempenhar conscienciosamente as funções, e principalmente as mais altas funções, do Estado, é preciso possuir, de saída, um bem elevado grau de instrução. O povo carece absolutamente dessa instrução. É sua culpa? Não, é culpa das instituições. O grande dever de todos os Estados verdadeiramente democráticos é disseminar amplamente a instrução entre o povo. Há sequer um Estado que o tenha feito? Não falemos dos Estados monárquicos, que possuem interesse evidente em disseminar não a instrução, mas o veneno do catecismo cristão nas massas. Falemos dos Estados republicanos e democráticos, como os Estados Unidos da América e a Suíça. Certamente, deve-se reconhecer que esses

dois Estados fizeram mais do que todos os outros pela instrução popular. Mas alcançaram o objetivo, apesar de toda a sua boa vontade? Foi possível, a eles, dar indistintamente a todas as crianças que nascem em seu seio igual instrução? Não, é impossível. Para os filhos dos burgueses, a instrução superior, para os filhos do povo somente a instrução primária, e, em raras ocasiões, um pouco de instrução secundária. Por que essa diferença? Pela simples razão de que os homens do povo, os trabalhadores dos campos e das cidades, não possuem o meio de sustentar, quer dizer, alimentar, vestir, alojar seus filhos, durante toda a duração de seus estudos. Para dedicar-se a uma instrução científica, é preciso estudar até a idade de 21 anos, e algumas vezes, até os 25 anos. Pergunto-vos, quais são os operários que estão em condições de sustentar por tanto tempo seus filhos? Esse sacrifício está acima de suas forças, visto que eles não têm nem capitais, nem propriedade, e porque vivem o dia-a-dia de seu salário, que mal dá para o sustento de uma família numerosa.

É ainda preciso dizer, caros companheiros, que vós, trabalhadores das Montanhas, operários em uma profissão que a produção capitalista, quer dizer, a exploração dos grandes capitais, ainda não conseguiu absorver, vós sois, comparativamente, muito felizes. Trabalhando em pequenos grupos em vossas oficinas, e frequentemente até mesmo trabalhando em vossas casas, ganhais muito mais do que se ganha nos grandes estabelecimentos industriais que empregam centenas de operários; vosso trabalho é inteligente, artístico, não embrutece como aquele que se faz pelas máquinas. Vossa habilidade, vossa inteligência servem para alguma coisa. E, além do mais, tendes muito mais lazer e liberdade relativa; é por isso

que sois mais instruídos, mais livres e mais felizes do que os outros.

Nas imensas fábricas estabelecidas, dirigidas e exploradas pelos grandes capitais, e nas quais são as máquinas, não os Homens, que desempenham o papel principal, os operários tornam-se necessariamente miseráveis escravos — de tal forma miseráveis que, na maioria das vezes, são forçados a condenar seus pobres filhinhos, com seis anos apenas, a trabalharem doze, quatorze, dezesseis horas por dia, por alguns miseráveis trocados. E o fazem não por cupidez, mas por necessidade. Sem isso, não seriam capazes de prover o mínimo a suas famílias.

Eis a instrução que eles lhes podem dar. Não acredito que deva perder mais tempo com palavras para vos provar, caros companheiros, a vós que o sabeis tão bem pela experiência e que já estais tão profundamente convencidos de que, *enquanto o povo trabalhar não para ele mesmo, mas para enriquecer os detentores da propriedade e do capital*, a instrução que poderá dar a seus filhos sempre será infinitamente inferior àquela dos filhos da classe burguesa.

Eis, portanto, uma grande e funesta desigualdade social que necessariamente encontrareis na própria base da organização dos Estados: uma massa forçosamente ignorante, e uma minoria privilegiada que, se nem sempre é muito inteligente, é pelo menos, comparativamente, muito instruída. É fácil tirar essa conclusão. A minoria instruída governará eternamente as massas ignorantes.

Não se trata somente da desigualdade natural dos indivíduos; é uma desigualdade à qual somos forçados a nos resignar. Um tem uma organização mais feliz do que o outro; um nasce com uma faculdade natural de inteligência e de vontade maior do que os outros. Mas me apresso

em acrescentar: essas diferenças não são absolutamente tão grandes quanto se quer fazer crer. Mesmo do ponto de vista natural, os Homens são aproximadamente iguais, as qualidades e os defeitos compensam-se, grosso modo, em cada um. Só há duas exceções a essa lei de igualdade natural: são os Homens de gênio e os idiotas. Mas as exceções não fazem a regra, e, em geral, pode-se dizer que todos os indivíduos humanos se valem, e que, se existem diferenças enormes entre os indivíduos na sociedade atual, elas têm sua origem na desigualdade monstruosa da educação e da instrução, e não na natureza.

A criança dotada das maiores faculdades, mas nascida em família pobre, em família de trabalhadores, vivendo o dia-a-dia de seu rude trabalho cotidiano, vê-se condenada à ignorância, que, ao invés de desenvolvê-la, mata todas as suas faculdades naturais: ela será o trabalhador, o operário, aquele forçado a sustentar e alimentar burgueses que, naturalmente, são muito mais estúpidos do que ela. O filho do burguês, ao contrário, o filho do rico, por mais parvo que seja, naturalmente receberá a educação e a instrução necessárias para desenvolver, na medida do possível, suas pobres faculdades: ele será um explorador do trabalho, o senhor, o patrão, o legislador, o governador — um Senhor. Por mais parvo que seja, fará leis para o povo, contra o povo, e governará as massas populares.

Em um Estado democrático, dir-se-á, o povo só escolherá os bons. Mas como reconhecerá os bons? Ele não possui nem a instrução necessária para julgar o bom e o mau, nem o lazer necessário para aprender a conhecer os Homens que se propõem à sua eleição. Esses Homens vivem, por sinal, em uma sociedade diferente da sua: eles só vêm tirar seu chapéu diante de Sua Majestade,

o povo soberano, no momento das eleições, e, uma vez eleitos, viram-lhe as costas. Por sinal, pertencentes à classe privilegiada, à classe exploradora, por mais excelentes que sejam como membros de suas famílias e de sua sociedade, serão sempre maus para o povo, porque, naturalmente, sempre desejarão conservar esses privilégios que constituem a própria base de sua existência social, e que condenam o povo a uma eterna escravidão.

Mas por que o povo não envia para as assembleias legislativas e para o governo seus Homens, homens do povo? — Antes de mais nada, porque os homens do povo, tendo de viver do trabalho de seus braços, não têm tempo para se dedicarem exclusivamente à política; e, não podendo fazê-lo, sendo na maioria das vezes, ignorantes quanto a questões políticas e econômicas tratadas nessas altas esferas, eles serão quase sempre trouxas dos advogados e dos políticos burgueses. E, em seguida, porque bastará, na maioria das vezes, que esses homens do povo entrem para o governo para se tornarem, por sua vez, burgueses, às vezes até mesmo mais detestáveis e mais desdenhosos do povo dos quais emanaram do que os próprios burgueses de nascimento.

Vede, portanto, que a igualdade política, mesmo nos Estados mais democráticos, é uma mentira. O mesmo acontece com a igualdade jurídica, a igualdade diante da lei. A lei é feita pelos burgueses, para os burgueses, e é exercida pelos burgueses contra o povo. O Estado e a lei que o exprime só existem para eternizar a escravidão do povo em proveito dos burgueses.

Por sinal, vós o sabeis, quando vos encontrais lesados em vossos interesses, em vossa honra, em vossos direitos, e que desejais abrir um processo, para fazê-lo deveis inicialmente provar que estais em condição de pagar as

despesas processuais, o que significa que deveis depositar uma determinada soma. E se não tendes condições de efetuar o depósito, não podeis abrir o processo. Mas o povo, a maioria dos trabalhadores, possui somas para depositar no tribunal? Na maioria das vezes, não. Assim, o rico poderá atacar-vos, insultar-vos impunemente, — pois não há absolutamente justiça para o povo.

Enquanto não houver igualdade econômica e social, enquanto uma minoria qualquer puder tornar-se rica, proprietária, capitalista, não pelo próprio trabalho individual, mas pela herança, a igualdade política será uma mentira. Sabeis qual é a verdadeira definição da propriedade hereditária? É a faculdade hereditária de explorar o trabalho coletivo do povo e de escravizar as massas.

Eis o que os maiores heróis da Revolução de 1793 — nem Danton, nem Robespierre, nem Saint-Just — não compreenderam. Eles só queriam a liberdade e a igualdade políticas, não econômicas e sociais. E foi por isso que a liberdade e a igualdade por eles fundadas constituíram e assentaram sobre novas bases o domínio dos burgueses sobre o povo.

Eles acreditaram mascarar essa contradição colocando como terceiro termo de sua fórmula revolucionária a *Fraternidade*. Foi mais uma mentira! Pergunto-vos: é possível a fraternidade entre os exploradores e os explorados, entre os opressores e os oprimidos? De que forma? Eu vos farei suar e sofrer durante todo o dia e, à noite, quando eu tiver recolhido o fruto de vosso sofrimento e de vosso suor, deixando-vos apenas uma ínfima parte a fim de que possais viver, quer dizer, novamente suar e sofrer em meu proveito ainda amanhã — à noite, eu vos direi: abracemo-nos, somos irmãos!

Tal é a fraternidade da Revolução burguesa.

Meus caros amigos, nós também desejamos a nobre Liberdade, a salutar Igualdade e a santa Fraternidade. Mas desejamos que essas belas, essas grandes coisas, cessem de ser ficções, mentiras, tornem-se uma verdade e constituam a realidade!

Tal é o sentido e o objetivo do que nós denominamos Revolução social.

Ela pode resumir-se em poucas palavras: ela quer e nós queremos que todo Homem que nasça sobre esta terra possa se tornar um Homem no sentido mais completo desse termo; que ele tenha não somente o direito, mas todos os meios necessários para desenvolver todas as suas faculdades, e ser livre, feliz, na igualdade e para a fraternidade! Eis o que todos nós desejamos, e estamos todos prontos a morrer para alcançar esse objetivo.

Eu vos peço, amigos, uma terceira e última sessão para vos expor completamente meu pensamento.

**Mikhail
Bakunin**

TERCEIRA CONFERÊNCIA

Caros companheiros, eu vos disse na última vez como a burguesia, sem ter, ela mesma, completamente consciência, mas em parte também, pelo menos em um quarto, conscientemente, serviu-se do braço poderoso do povo, durante a grande Revolução de 1789-1793, para assentar, sobre as ruínas do mundo feudal, sua própria força. Dali em diante ela se tornou a classe dominante. É sem razão que se acredita que foram a nobreza emigrada e os padres que promoveram o golpe de Estado reacionário de Termidor, que derrubou e matou Robespierre e Saint-Just, e que guilhotinou ou deportou uma multidão de seus partidários. Sem dúvida, muitos membros desses dois corpos destituídos tomaram parte ativa na intriga, felizes em ver cair aqueles que os fizeram tremer e que lhes teriam cortado a cabeça sem piedade. Mas eles sozinhos nada teriam podido fazer. Despossuídos de seus bens, haviam sido reduzidos à impotência. Foi essa parte da classe burguesa que enriquecera pela compra

dos bens nacionais, pelos aprovisionamentos da guerra e pelo manejo dos fundos públicos, aproveitando-se da miséria pública e da própria bancarrota para engordar seus bolsos, foram eles, esses virtuosos representantes da moralidade e da ordem pública, os principais instigadores dessa reação. Eles foram ardente e poderosamente apoiados pela massa dos comerciantes, raça eternamente malfazeja e covarde, que engana e envenena o povo pormenorizadamente, vendendo-lhe suas mercadorias fraudulentas, e que possui toda a ignorância do povo sem ter o seu grande coração, toda a vaidade da aristocracia burguesa sem ter os bolsos cheios; covarde durante as revoluções, torna-se feroz na reação. Para ela, todas essas ideias que fazem palpar o coração das massas, os grandes princípios, os grandes interesses da humanidade, não existem. Ela ignora até mesmo o patriotismo, ou só conhece a vaidade e as fanfarronadas dele. Nenhum sentimento que possa arrancá-la das preocupações mercantis, das miseráveis preocupações do dia-a-dia. Todo mundo viu, e os homens de todos os partidos confirmaram-nos que durante esse terrível cerco de Paris — enquanto o povo combatia, e a classe dos ricos intrigava e preparava a traição que entregou Paris aos prussianos, enquanto o proletariado generoso, as mulheres e as crianças do povo estavam semifamintas — os comerciantes só tinham uma única preocupação: a de vender suas mercadorias, seus gêneros alimentícios, os objetos mais necessários à subsistência do povo, o mais caro possível.

Os comerciantes de todas as cidades da França fizeram a mesma coisa. Nas cidades invadidas pelos prussianos, eles lhes abriram as portas. Nas cidades não invadidas, preparavam-se para abri-las; paralisaram a defesa na-

cional, e, em todos os lugares onde puderam, opuseram-se à insurreição e ao armamento populares, os únicos que podiam salvar a França. Os comerciantes nas cidades, tanto quanto os camponeses nos campos, constituem, hoje, o exército da reação. Os camponeses poderão e deverão ser convertidos à revolução, os comerciantes jamais.

Durante a grande Revolução, a burguesia estava dividida em duas categorias, uma delas, constituindo a ínfima minoria, era a burguesia revolucionária, conhecida sob o nome genérico de jacobinos. Não se deve confundir os jacobinos de hoje com os de 1793. Estes de hoje são apenas pálidos fantasmas e ridículos abortos, caricaturas dos heróis do século passado. Os jacobinos de 1793 eram grandes homens, possuíam o fogo sagrado, o culto da justiça, da liberdade e da igualdade. Não foi por sua culpa se não compreenderam melhor certas palavras que resumem ainda hoje todas as nossas aspirações. Eles só consideraram seu lado político, não seu sentido econômico e social. Mas, repito, não foi sua culpa, como não é nosso mérito compreendê-las hoje. É culpa e mérito do tempo. A humanidade se desenvolve lentamente, muito lentamente, é lamentável, e é apenas por uma sucessão de erros e faltas, e de cruéis experiências sobretudo, que são sempre sua consequência necessária, que os Homens conquistam a verdade. Os jacobinos de 1793 foram homens de boa-fé, Homens inspirados pela ideia, devotados a ela. Eles foram heróis! Se não o tivessem sido, se não tivessem tido essa santa e grande sinceridade, não teriam realizado os grandes atos da grande Revolução. Podemos e devemos combater os erros teóricos dos Dantons, dos Robespierres, dos Saint-Justs, mas, ainda que combatendo suas ideias falsas, estreitas, exclusivamente burguesas, em economia social, devemos nos inclinar diante de sua

força revolucionária. Foram os últimos heróis da classe burguesa, outrora tão fecunda em heróis.

Fora dessa minoria heroica, havia a grande massa da burguesia materialmente exploradora, para a qual as ideias, os grandes princípios da grande Revolução, não eram senão palavras, que só tinham valor e sentido enquanto os burgueses delas podiam se servir para encher seus bolsos tão amplos e tão respeitáveis. Tendo os mais ricos e, conseqüentemente, também, os mais influentes dentre eles, enchido os seus ao som da grande Revolução e por meio dessa, acharam que a grande Revolução havia durado muito tempo, que já era hora de acabar com ela e restabelecer o reinado da lei e da ordem pública.

Eles derrubaram o Comitê de salvação pública, mataram Robespierre, Saint-Just e seus amigos, e estabeleceram o Diretório, que foi a verdadeira encarnação da depravação burguesa do final do século passado, o triunfo e o reinado do ouro adquirido e centralizado nos bolsos de alguns milhares de indivíduos pelo roubo.

Mas a França, que ainda não tivera tempo de se corromper, e que ainda estava palpitante pelos grandes feitos da grande Revolução, não pôde suportar por muito tempo esse regime. Houve dois protestos, um malogrado, outro triunfante. O primeiro, se houvesse tido êxito, se tivesse podido ter êxito, teria salvo a França e o mundo; o triunfo do segundo inaugurou o despotismo dos reis e a escravidão dos povos. Falo da insurreição de Babeuf e da usurpação do primeiro Bonaparte.

A insurreição de Babeuf foi a última tentativa revolucionária do século passado. Babeuf e seus amigos tinham sido mais ou menos amigos de Robespierre e de Saint-Just. Foram jacobinos socialistas. Tinham tido o culto da igualdade, mesmo em detrimento da liberdade. Seu plano era

muito simples: expropriar todos os proprietários e todos os detentores de instrumentos de trabalho e outros capitais em proveito do Estado republicano, democrático e social, de modo que o Estado, tornando-se o único proprietário de todas as riquezas, tanto mobiliárias quanto imobiliárias, tornar-se-ia, conseqüentemente, o único empregador, o único patrão da sociedade; munido ao mesmo tempo da onipotência política, apoderar-se-ia, com exclusividade, da educação e da instrução iguais para todas as crianças e forçaria todos os indivíduos maiores a trabalhar e viver segundo a igualdade e a justiça. Toda autonomia comunal, toda iniciativa individual, toda liberdade, em resumo, desapareceria, esmagada por esse poder formidável. A sociedade por inteiro não deveria mais representar senão um quadro de uniformidade monótona e forçada. O governo seria eleito pelo sufrágio universal, mas, uma vez eleito, e enquanto permanecesse em função, exerceria sobre todos os membros da sociedade um poder absoluto.

A teoria da igualdade estabelecida à força pelo poderio do Estado não foi inventado por Babeuf. Os primeiros fundamentos dessa teoria haviam sido lançados por Platão, vários séculos antes de Jesus Cristo, em sua *República*, obra na qual esse grande pensador da Antiguidade tentou esboçar o quadro de uma sociedade igualitária. Os primeiros cristãos exerceram incontestavelmente um comunismo prático em suas associações, perseguidas por toda a sociedade oficial. Enfim, no começo mesmo da Revolução religiosa, no primeiro quartel do século XVI, na Alemanha, Thomas Münzer e seus discípulos fizeram a primeira tentativa para estabelecer a igualdade social sobre uma base muito ampla. A conspiração de Babeuf foi a segunda manifestação prática da ideia

igualitária nas massas. Todas essas tentativas, sem excetuar essa última, tiveram de fracassar por duas razões: de início, porque as massas não se tinham desenvolvido suficientemente para tornar sua realização possível; em seguida, e, sobretudo, porque em todos esses sistemas, a igualdade aliava-se à força, à autoridade do Estado, e, conseqüentemente, excluía a liberdade. E nós o sabemos, caros amigos, a igualdade só é possível com e pela liberdade: não por essa liberdade exclusiva dos burgueses que está fundada sobre a escravidão das massas e que não é liberdade, mas privilégio; mas por essa liberdade universal dos seres humanos, que eleva todos à dignidade de Homem. Mas também sabemos que essa liberdade só é possível na igualdade. Revolta não somente teórica, mas prática, contra todas as instituições e contra todas as relações sociais criadas pela desigualdade, em seguida, estabelecimento da igualdade econômica e social pela liberdade de todos: eis nosso programa atual, aquele que deve triunfar apesar dos Bismarcks, dos Napoleões, dos Thiers, e apesar de todos os cossacos de meu augusto imperador, o czar de todas as Rússias.

A conspiração de Babeuf havia reunido em seu seio tudo o que, depois das execuções e das deportações do golpe de Estado reacionário de Termidor, havia restado de cidadãos devotados à Revolução de Paris, e necessariamente muitos operários. Ela fracassou; muitos foram guilhotinados, mas muitos tiveram a felicidade de escapar. Entre outros, o cidadão Buonarroti, um homem de ferro, uma personalidade antiga, de tal forma respeitável que soube se fazer respeitar pelos homens dos partidos mais opostos. Viveu muito tempo na Bélgica, onde se tornou o principal fundador da sociedade secreta dos carbonaro-comunistas; e, em livro hoje muito raro,

mas que tentarei enviar a nosso amigo Adhémar, ele conta essa lúgubre história, esse último protesto heroico da Revolução contra a reação, conhecida sob o nome de conspiração de Babeuf.

O outro protesto da sociedade contra a corrupção burguesa que havia se apoderado do poder sob o nome de Diretório foi, como eu já disse, a usurpação do primeiro Bonaparte.

Essa história, mil vezes mais lúgubre ainda, é conhecida por todos vós. Foi a primeira implantação do regime infame e brutal do sabre, a primeira bofetada desferida, no início deste século, por um *parvenu* insolente, na face da humanidade. Napoleão tornou-se o herói de todos os déspotas, ao mesmo tempo que militarmente foi o terror deles. Vencido, ele lhes deixou sua funesta herança, seu infame princípio: o desprezo pela humanidade, e sua opressão pelo sabre.

Eu não vos falarei da Restauração. Foi uma tentativa ridícula de devolver a vida e o poder político a dois corpos deteriorados e decadentes: à nobreza e aos padres. O único fato importante que houve sob a Restauração foi que, atacada, ameaçada nesse poder que ela acreditava ter para sempre conquistado, a burguesia voltara a ser quase revolucionária. Inimiga da ordem pública tão logo essa ordem pública deixa de ser a sua, quer dizer, tão logo essa ordem estabeleceu e garantiu outros interesses que não os seus, ela conspirou de novo. Os Srs. Guizot, Périer, Thiers e tantos outros, que sob Luís Felipe distinguiram-se como os mais fanáticos partidários e defensores de um governo opressivo, corruptor, mas burguês e, conseqüentemente, perfeito a seus olhos, todas essas almas condenadas da reação burguesa, cons-

piraram sob a Restauração. Eles triunfaram em julho de 1830, e o reinado do *liberalismo burguês* foi inaugurado.

É de 1830 que data verdadeiramente o domínio exclusivo dos interesses e da política burguesa na Europa; principalmente na França, na Inglaterra, na Bélgica, na Holanda e na Suíça. Nos outros países, tais como a Alemanha, a Dinamarca, a Suécia, a Itália, a Espanha e Portugal, os interesses burgueses haviam sobrepujado todos os outros, mas não o governo político dos burgueses. Eu não vos falo desse grande e miserável Império de todas as Rússias, que ainda permanece submisso ao despotismo absoluto dos czares, e que não tem propriamente classe política intermediária, nada de corpo político burguês; e onde não há, com efeito, de um lado, senão o mundo oficial, uma organização militar, policial e burocrática, para satisfazer os caprichos do czar, do outro, o povo, dezenas de milhões devorados pelo czar e por seus funcionários. Na Rússia, a revolução virá diretamente do povo, como eu desenvolvi amplamente em um bastante longo discurso que pronunciei há alguns anos em Berna e que me apressarei a vos enviar. Também não falo dessa infeliz e heroica Polônia, que se debate, sempre sufocada, mas nunca morta, sob as garras de três águias infames: a do Império da Rússia, a do Império da Áustria, e a do novo Império da Alemanha, representado pela Prússia. Na Polônia, assim como na Rússia, não há propriamente classe média; há, de um lado, a nobreza, burocracia hereditária escrava do czar na Rússia, antigamente dominante e hoje desorganizada e decadente na Polônia; e, por outro lado, há o campo-nês escravizado e devorado, esmagado agora, não mais pela nobreza, que perdeu seu poder, mas pelo Estado, pelos inumeráveis funcionários, pelo czar. Da mesma forma, também, não vos falarei dos pequenos países da

Suécia e da Dinamarca, que só se tornaram realmente constitucionais a partir de 1848, e que permaneceram mais ou menos atrasados em relação ao desenvolvimento geral da Europa; nem da Espanha e de Portugal, onde o movimento industrial e a política burguesa foram por tanto tempo paralisados pelo duplo poder do clero e do exército. Todavia, devo observar que a Espanha, que nos parecia tão atrasada, apresenta-nos, hoje, uma das mais magníficas organizações da Associação Internacional dos Trabalhadores que existem no mundo.

E me deterei um instante na Alemanha. A Alemanha, desde 1830, apresentou-nos e continua a nos apresentar o estranho quadro de um país onde os interesses da burguesia predominam, mas onde a força política não pertence à burguesia, mas à monarquia absoluta, sob uma máscara de constitucionalismo, militar e burocraticamente organizada e servida exclusivamente por nobres.

É na França, na Inglaterra, na Bélgica, principalmente, que é preciso estudar o reinado da burguesia. Desde a unificação da Itália, sob o cetro de Vítor Emanuel, pode-se também estudá-lo na Itália. Mas em nenhum outro lugar ele se caracterizou tão plenamente quanto na França; assim, também, é nesse país que o consideramos principalmente.

Desde 1830 o princípio burguês teve plena liberdade de se manifestar na literatura, na política, e na economia social. Pode-se resumi-lo em uma única palavra: *individualismo*.

Entendo por *individualismo* essa tendência que — considerando toda a sociedade, a massa dos indivíduos, como indiferentes, rivais, concorrentes, como inimigos naturais, em resumo, com os quais cada um é forçado a viver, mas que obstruem o caminho a cada um — leva o indivíduo

a conquistar e a estabelecer seu próprio bem-estar, sua prosperidade, sua felicidade apesar de todos, em detrimento e no dorso de todos os outros. É uma corrida ao campanário, um salve-se-quem-puder geral, em que cada um tenta chegar primeiro. Ai dos fracos que param, eles são ultrapassados. Ai daqueles que, fatigados, caem no percurso, eles são imediatamente esmagados. A concorrência não tem coração, não tem piedade. Ai dos vencidos! Nessa luta, necessariamente, muitos crimes serão cometidos; toda essa luta fratricida, por sinal, outra coisa não é senão um crime contínuo contra a solidariedade humana, que é a única base de toda moral. O Estado, que, segundo se diz, é o representante e o vingador da justiça, não impede a perpetração desses crimes, ele os perpetua e os legaliza, ao contrário. O que ele representa, o que ele defende, não é a justiça humana, é a justiça jurídica, que é apenas a consagração do triunfo dos fortes sobre os fracos, dos ricos sobre os pobres. O Estado só exige uma coisa: que todos esses crimes sejam cometidos legalmente. Posso arruinar-vos, esmagar-vos, matar-vos, mas devo fazê-lo observando as leis. De outra forma, sou declarado criminoso e tratado como tal. Tal é o sentido desse princípio, dessa palavra, o individualismo.

Agora, vejamos como esse princípio manifestou-se na literatura, nessa literatura criada pelos Victor Hugos, pelos Dumas, pelos Balzacs, pelos Jules Janins e tantos outros autores de livros e de artigos de jornais, que desde 1830 inundaram a Europa, trazendo a depravação e despertando o egoísmo nos corações dos jovens dos dois sexos, e, infelizmente, até mesmo do povo. Tomai qualquer romance que desejeis: ao lado dos grandes e falsos sentimentos, das belas frases, o que encontrareis? Sempre a mesma coisa. Um jovem é pobre, obscuro, des-

conhecido; ele é devorado por todos os tipos de ambições e apetites. Gostaria de habitar um palácio, comer trufas, beber champagne, possuir uma carruagem e dormir com alguma bela marquesa. Ele obtém êxito por força de esforços heroicos e de aventuras extraordinárias, enquanto todos os outros sucumbem. Eis o herói: é puro individualismo.

Vejamos a política. Como se expressa seu princípio? As massas, diz-se, precisam ser conduzidas, governadas; elas são incapazes de se autogovernarem. Quem as governará? Não há mais privilégio de classe. Todos têm o direito de subir às mais altas posições e funções sociais. Mas para consegui-lo é preciso ser inteligente, hábil; é preciso ser forte e feliz; é preciso saber e poder sobrepujar todos os rivais. Eis mais uma corrida ao campanário: serão os indivíduos hábeis e fortes que governarão, que tosquiarão as massas.

Consideremos agora esse mesmo princípio na questão econômica, que é, no fundo, a principal, poder-se-ia mesmo dizer, a única questão. Os economistas burgueses nos dizem que eles são partidários de uma liberdade ilimitada dos indivíduos e que a concorrência é a condição dessa liberdade. Mas vejamos qual é essa liberdade. E, antes de mais nada, uma primeira questão: foi o trabalho separado, isolado, que produziu e que continua a produzir todas essas riquezas maravilhosas das quais nosso século se glorifica? Sabemos muito bem que não. O trabalho isolado dos indivíduos mal seria capaz de alimentar e vestir um pequeno povo de selvagens; uma grande nação só se torna rica e só pode subsistir pelo trabalho coletivo, solidariamente organizado. O trabalho para a produção das riquezas sendo coletivo, pareceria lógico que a fruição dessas riquezas também o fosse, não

é mesmo? Pois bem, eis o que não quer, o que rejeita com ódio a economia burguesa. Ela quer a fruição isolada dos indivíduos. Mas de que indivíduos? De todos? Oh, não, absolutamente. Ela quer a fruição dos fortes, dos inteligentes, dos hábeis, dos felizes. Ah! sim, dos felizes sobretudo. Isso porque em sua organização social, e de acordo com essa lei de herança que é seu fundamento principal, nasce uma minoria de indivíduos mais ou menos ricos, felizes e milhões de seres humanos deserdados, infelizes. Em seguida, a sociedade burguesa diz a todos esses indivíduos: lutai, disputai o prêmio, o bem-estar, a riqueza, o poder político. Os vencedores serão felizes. Há pelo menos igualdade nessa luta fratricida? Não, em absoluto. Uns, em pequeno número, estão armados dos pés à cabeça, fortes por sua instrução e sua riqueza herdadas, e os milhões de homens do povo apresentam-se na arena quase nus, com sua ignorância e sua miséria igualmente herdadas. Qual é o resultado necessário dessa concorrência pretensamente livre? O povo sucumbe, a burguesia triunfa, e o proletário acorrentado é obrigado a trabalhar como um forçado para seu eterno vencedor, o burguês.

O burguês está munido principalmente de uma arma contra a qual o proletariado permanecerá sempre sem possibilidade de defesa, enquanto essa arma, o capital — que se tornou doravante, em todos os países civilizados, o principal agente da produção industrial —, enquanto esse nutridor do trabalho estiver voltado contra ele.

O capital, tal como é constituído e apropriado hoje, não esmaga somente o proletariado; ele abate, expropria e reduz à miséria uma imensa quantidade de burgueses. A causa desse fenômeno, que a média e a pequena bur-

guesias não compreendem muito bem, que elas ignoram, é, todavia, muito simples. Graças à concorrência, graças a essa luta de morte que, em consequência da liberdade conquistada pelo povo em proveito dos burgueses, reina hoje no comércio e na indústria, todos os fabricantes são forçados a vender seus produtos, melhor dizendo, os produtos dos trabalhadores que eles empregam, que eles exploram, pelo valor mais baixo possível. Vós sabeis por experiência que os produtos caros se veem hoje cada vez mais excluídos do mercado pelos produtos baratos, ainda que estes últimos sejam muito menos perfeitos do que os primeiros. Eis, portanto, uma primeira consequência funesta dessa concorrência, dessa luta intestina na produção burguesa. Ela tende necessariamente a substituir os bons produtos por produtos medíocres, os trabalhadores hábeis por trabalhadores medíocres.

Nessa concorrência, nesta luta pelo preço mais baixo, os grandes capitais devem necessariamente esmagar os pequenos capitais, os grandes burgueses devem arruinar os pequenos burgueses. Uma imensa fábrica pode naturalmente confeccionar seus produtos e vendê-los mais baratos do que uma fábrica pequena ou média. A instituição de uma grande fábrica exige naturalmente um grande capital, mas, proporcionalmente ao que ela pode produzir, custa mais barato do que uma fábrica pequena ou média: 100.000 francos são mais do que 10.000 francos, mas 100.000 francos empregados em uma fábrica renderão 20%, 30%; enquanto que os 10.000 francos, empregados da mesma maneira, só renderão 10%. O grande fabricante economiza no prédio, nas matérias-primas, nas máquinas; empregando muito mais trabalhadores do que o pequeno ou médio fabricante, ele também economiza, ou ganha, por melhor organização e maior divisão do

trabalho. Resumindo, com 100.000 francos concentrados em suas mãos e empregados no estabelecimento e na organização de uma fabricação única, ele produz muito mais do que dez fabricantes empregando cada um 10.000 francos; assim, se cada um desses últimos realiza, sobre os 10.000 francos empregados, um lucro líquido de 2.000 francos, por exemplo, o fabricante que estabelece e organiza uma grande fábrica, que lhe custa 100.000 francos, ganha sobre cada 10.000 francos, 5.000 ou 6.000 francos, ou seja, ele produz 5 ou 6 vezes mais mercadorias. Produzindo proporcionalmente muito mais, pode obviamente vender seus produtos a preço muito menor do que os pequenos ou médios fabricantes; mas, vendendo-os mais baratos, força igualmente os pequenos ou médios fabricantes a baixarem seu preço, sem o que seus produtos não seriam comprados. Mas como a produção desses produtos custa-lhes muito mais caro do que ao grande fabricante, vendendo-os ao preço do grande fabricante eles se arruinam. É assim que os grandes capitais matam os pequenos capitais, e, se os grandes encontram maiores do que eles próprios, são, por sua vez, esmagados.

É tão verdadeiro que há, hoje, nos grandes capitais, uma tendência ostensiva a se associarem para constituírem capitais monstruosamente formidáveis. A exploração do comércio e da indústria por sociedades anônimas começa a substituir, nos países mais industrializados, Inglaterra, Bélgica e França, a exploração dos grandes capitalistas isolados. E, à medida que a civilização e a riqueza nacional dos países mais avançados crescem, a riqueza dos grandes capitalistas aumenta, embora o número dos capitalistas diminua. Uma certa massa de burgueses médios vê-se empurrada para a pequena bur-

guesia, e uma multidão ainda maior de pequenos burgueses se vê inexoravelmente conduzida para o proletariado, para a miséria.

É um fato incontestável, constatado tanto pela estatística de todos os países quanto pela demonstração mais exatamente matemática. Na organização econômica da sociedade atual esse empobrecimento sucessivo da grande massa da burguesia, em proveito de um número restrito de monstruosos capitalistas, é uma lei inexorável, contra a qual outro remédio não há senão a revolução social. Se a pequena burguesia tivesse bastante inteligência e bom senso para compreendê-lo, há muito tempo ela se teria aliado ao proletariado para realizar essa revolução. Mas a pequena burguesia é geralmente muito parva; sua própria vaidade e seu egoísmo fecham-lhe o espírito. Ela nada vê, nada compreende, e, esmagada, de um lado, pela grande burguesia, ameaçada, por outro, por esse proletariado que despreza, tanto quanto o detesta e teme, deixa-se estupidamente arrastar para o abismo.

As consequências dessa concorrência burguesa são desastrosas para o proletariado. Forçados a vender seus produtos — ou ainda os produtos dos operários que exploram — ao menor preço possível, os fabricantes devem necessariamente pagar a seus operários o salário mais baixo possível. Consequentemente, não podem mais pagar o talento, o gênio de seus operários. Devem procurar o trabalho que se vende, que é forçado a se vender, ao valor mais baixo. As mulheres e as crianças, por se contentarem com um salário ínfimo, são preferencialmente empregados em lugar de homens, e os trabalhadores medíocres, ao invés dos trabalhadores hábeis, a menos que estes últimos contentem-se com o salário dos trabalhadores inábeis, das crianças e das mulheres. Foi provado e re-

conhecido por todos os economistas burgueses que a medida do salário do operário é sempre determinada pelo valor de sua manutenção diária: assim, se um operário pudesse alojar-se, vestir-se, alimentar-se por um franco ao dia, seu salário cairia rapidamente a um franco. E isso por uma razão bem simples: é que os operários, acossados pela fome, são forçados a fazer concorrência entre si, e o fabricante, impaciente em enriquecer o mais rápido possível pela exploração do trabalho alheio, e forçado, por outro lado, pela concorrência burguesa, a vender seus produtos ao menor preço possível, empregará obviamente os operários que, pelo menor salário, lhe oferecerão o máximo de horas de trabalho.

Não é somente dedução lógica, é um fato que se passa diariamente na Inglaterra, na França, na Bélgica, na Alemanha e nas partes da Suíça onde se estabeleceu a grande indústria, a indústria explorada em grandes fábricas pelos grandes capitais. Em minha última conferência, eu vos disse que éreis operários privilegiados. Ainda que estejais bem longe de receber integralmente como salário todo o valor de vossa produção diária, ainda que sejais incontestavelmente explorados por vossos patrões, entretanto, comparativamente aos operários dos grandes estabelecimentos industriais, sois razoavelmente bem pagos, tendes lazer, sois livres, sois felizes. E apresso-me a reconhecer que tendes um imenso mérito por haverdes entrado na Internacional e vos tornado membros devotados e zelosos dessa imensa associação do trabalho que deve emancipar os trabalhadores do mundo inteiro. É nobre, é generoso de vossa parte. Provais assim que não pensais somente em vós mesmos, mas nesses milhões de irmãos que são muito mais oprimidos e muito

mais infelizes do que vós. É com alegria que vos dou este testemunho.

Mas, ao mesmo tempo que fazeis ato de generosa e fraterna solidariedade, permiti que eu vos diga que também fazeis ato de previdência e prudência; não o fazeis somente por vossos irmãos infelizes de outras indústrias e de outros países, também o fazeis, senão completamente por vós mesmos, ao menos por vossos próprios filhos. Sois, não absolutamente, mas relativamente bem remunerados, livres, felizes. Por que o sois? Pela simples razão de que o grande capital ainda não invadiu vossa indústria. Mas não acreditais, sem dúvida, que será sempre assim. O grande capital, por lei que lhe é inerente, é fatalmente levado a invadir tudo. Começou naturalmente explorando os setores do comércio e da indústria que lhe prometeram as maiores vantagens, aqueles cuja exploração era a mais fácil, e acabará, necessariamente, depois de tê-los explorado o suficiente, e pela concorrência que faz a si mesmo nessa exploração, voltando-se em breve para os setores que até aquele momento não havia tocado. Já não se fazem paletós, botas, rendas à máquina? Acreditai, cedo ou tarde, e mais cedo do que tarde, far-se-ão também relógios à máquina. As molas, os escapos, as caixas, a placa metálica, o polimento, o guilhoche, a gravação, se farão à máquina. Os produtos não serão tão perfeitos quanto aqueles que saem de vossas hábeis mãos, mas custarão muito menos, e serão vendidos em muito maior quantidade do que vossos produtos mais perfeitos, que eles acabarão por excluir do mercado. Assim, vós, ou pelo menos vossos filhos se encontrarão tão escravos, tão miseráveis quanto os operários dos grandes estabelecimentos industriais hoje o são. Vede, portanto, que, trabalhando por vossos

irmãos, os infelizes operários das outras indústrias e dos outros países, trabalhais também para vós mesmos, ou pelo menos para vossos próprios filhos.

Trabalhais para a humanidade. A classe operária tornou-se hoje o único representante da grande, da santa causa da humanidade. O futuro pertence hoje aos trabalhadores: aos trabalhadores dos campos, aos trabalhadores das fábricas e das cidades. Todas as classes que estão acima, os eternos exploradores do trabalho das massas populares: a nobreza, o clero, a burguesia, e toda essa miríade de funcionários militares e civis que representam a iniquidade e o poder maléfico do Estado, são classes corruptas, atingidas pela impotência, doravante incapazes de compreender e querer o bem, poderosas somente para o mal.

O clero e a nobreza foram desmascarados e derrotados em 1793. A revolução de 1848 desmascarou e demonstrou a impotência e a nocividade da burguesia. Durante as jornadas de junho, em 1848, a classe burguesa renunciou abertamente à religião de seus pais: a essa religião revolucionária que teve a liberdade, a igualdade e a fraternidade como princípios e bases. Tão logo o povo levou a sério a igualdade e a liberdade, a burguesia, que só existe pela exploração, quer dizer, pela desigualdade econômica e pela escravidão social do povo, relançou-se na reação.

Esses mesmos traidores que hoje querem mais uma vez afundar a França, esses Thiers, esses Jules Favres, e a imensa maioria da Assembleia Nacional em 1848, trabalharam para o triunfo da mais imunda reação, como trabalham ainda hoje com a mesma finalidade. Eles começaram por destruir o sufrágio universal e, mais tarde, elevaram à presidência Luís Bonaparte. O temor pela revolução social, o horror pela igualdade, o sentimento

de seus crimes e o temor pela justiça popular, jogaram toda essa classe decaída, outrora tão inteligente e heroica, hoje tão estúpida e covarde, nos braços da ditadura de Napoleão III. E tiveram uma ditadura militar durante 18 anos seguidos. Não se deve acreditar que os senhores burgueses se deram muito mal. Aqueles dentre eles que quiseram fazer-se desobedientes e brincar de liberalismo de uma maneira muito ruidosa, muito incômoda para o regime imperial, foram naturalmente isolados, reprimidos. Mas todos os outros, aqueles que, deixando as ninharias políticas ao povo, aplicaram-se exclusiva, seriamente, ao grande negócio da burguesia, à exploração do povo, foram eficazmente protegidos e encorajados. Deram-lhes até mesmo, para salvar sua honra, todas as aparências da liberdade. Não existia, sob o Império, uma assembleia legislativa eleita regularmente pelo sufrágio universal? Tudo foi bem, segundo os votos da burguesia. Só houve um único ponto negro. Era a ambição de conquista do soberano, que arrastava a França inevitavelmente a gastos ruinosos e acabou por aniquilar seu antigo poderio. Mas esse ponto negro não foi um acidente, foi uma necessidade do sistema. Um regime despótico, absoluto, mesmo quando tem as aparências da liberdade, deve necessariamente apoiar-se sobre um poderoso exército, e todo grande exército permanente torna cedo ou tarde a guerra externa necessária, porque a hierarquia militar tem por principal inspiração a ambição: todo tenente quer ser coronel, e todo coronel quer ser general; quanto aos soldados, sistematicamente desmoralizados nas casernas, sonham com os nobres prazeres da guerra: o massacre, a pilhagem, o roubo, o estupro — prova: as façanhas do exército prussiano na França. Pois bem, se todas essas nobres paixões, sabiamente, sistematicamente nutridas

no coração dos oficiais e dos soldados, permanecem muito tempo sem nenhuma satisfação, elas se alteram e levam o exército ao descontentamento, e do descontentamento à revolta. Portanto, torna-se necessário fazer a guerra. Todas as expedições e guerras empreendidas por Napoleão III não foram absolutamente caprichos pessoais, como declaram hoje os senhores burgueses: foi uma necessidade do sistema imperial despótico, que eles próprios fundaram por temer a revolução social. São as classes privilegiadas, é o alto e o baixo clero, é a nobreza decaída, é, enfim e principalmente, esta respeitável, honesta e virtuosa burguesia tanto quanto todas as outras classes, e mais do que o próprio Napoleão, a causa de todas as desgraças da França.

E vós todos vistes, companheiros, para defender esta infeliz França, só havia, em todo o país, uma única massa, a massa dos operários das cidades, precisamente a que havia sido traída e entregue pela burguesia ao Império, e por este sacrificada à exploração burguesa. Em todo o país, somente os generosos trabalhadores das fábricas e das cidades quiseram a insurreição popular para a salvação da França. Os trabalhadores dos campos, os camponeses desmoralizados, embrutecidos pela educação religiosa que lhes haviam dado a partir do primeiro Napoleão até agora, tomaram partido a favor dos prussianos e da reação contra a França. Teria sido possível revolucioná-los. Em uma brochura que muitos dentre vós lestes, intitulada *Lettres à un Français*, expus os meios que se deveria usar para arrastá-los à Revolução. Mas, para fazê-lo, era preciso, antes de mais nada, que as cidades se insurgissem e se organizassem revolucionariamente. Os operários quiseram fazê-lo; até mesmo o tentaram em muitas cidades da França meridional: Lyon,

Marselha, Montpellier, Saint-Étienne, Toulouse. Mas em todos os lugares foram reprimidos e paralisados pelos burgueses *radicais*, em nome da República. Sim, foi em nome da República que os burgueses, tornados repúblicanos por temer o povo, foi em nome da República que os Gambetta, esse velho pecador Jules Favre, e Thiers, essa infame raposa, e todos esses Picard, Ferry, Jules Simon, Pelletan e tantos outros, foi em nome da República que eles assassinaram a República e a França.

A burguesia é julgada. Ela, que é a classe mais rica e mais numerosa da França — excetuando a massa popular, sem dúvida —, se tivesse querido, teria podido salvar a França. Mas para isso teria que sacrificar seu dinheiro, sua vida, e apoiar-se francamente sobre o proletariado, como fizeram seus ancestrais, os burgueses de 1793. Pois bem, ela não quis sacrificar seu dinheiro, ainda menos que sua vida, e preferiu a conquista da França pelos prussianos à sua salvação pela revolução popular.

A questão entre os operários das cidades e os burgueses foi bem claramente colocada. Os operários disseram: nós explodiremos as casas, mas não entregaremos nossas cidades aos prussianos. Os burgueses responderam: abriremos as portas de nossas cidades aos prussianos, mas não vos permitiremos fazer desordem pública, e queremos conservar nossas caras casas a qualquer preço, mesmo que tenhamos de beijar o rabo dos prussianos.

E observai que são hoje esses mesmos burgueses que ousam insultar a Comuna de Paris, essa nobre Comuna que salva a honra da França e, esperemo-lo, a liberdade do mundo, ao mesmo tempo; são esses mesmos burgueses que hoje a insultam em nome de quê? — *em nome do patriotismo*.

Realmente, esses burgueses são impudentes. Chegaram a um grau de infâmia que os fez perder até o último sentimento de pudor. Ignoram a vergonha. Antes de morrer, já estão completamente podres.

E não é somente na França, companheiros, que a burguesia está podre, moral e intelectualmente aniquilada; ela o é também em toda a Europa, e em todos os países da Europa somente o proletariado conservou o fogo sagrado. Somente ele porta, hoje, a bandeira da humanidade.

Qual é seu lema, sua moral, seu princípio? A *solidariedade*. Todos por um, e um por todos e para todos. É o lema e o princípio fundamental de nossa grande Associação internacional, que, ultrapassando as fronteiras dos Estados, e por essa mesma razão, destruindo os Estados, tende a unir os trabalhadores do mundo inteiro em uma única família humana, sobre a base do trabalho igualmente obrigatório para todos, e em nome da liberdade de cada um e de todos. Essa solidariedade, na economia social, chama-se trabalho e propriedade coletivos; em política, ela se chama destruição dos Estados e liberdade de cada um pela liberdade de todos.

Sim, caros companheiros, vós operários, solidariamente com vossos irmãos trabalhadores de todo o mundo, herdais sozinhos, hoje, a grande missão da emancipação da humanidade. Tendes um co-herdeiro, trabalhador como vós, ainda que em outras condições diferentes das vossas. É o camponês. Mas o camponês ainda não tem a consciência da grande missão popular. Ele foi envenenado, ainda o é, pelos padres e serve, contra ele mesmo, de instrumento à reação. Deveis instruí-lo, deveis salvá-lo, apesar dele, envolvendo-o, explicando-lhe o que é a Revolução social.

Nesse momento, principalmente no começo, os operários da indústria não devem, não podem contar senão com eles próprios. Mas eles serão onipotentes se o desejarem. Basta que o desejem seriamente. E, para realizar essa vontade, só têm dois meios. É, antes de mais nada, estabelecendo em seus grupos, em seguida, entre todos os grupos, uma verdadeira solidariedade fraterna, não somente de palavras, mas de ação, não somente para os dias de festa, de discurso e de libação, mas em sua vida cotidiana. Cada membro da Internacional deve poder sentir, deve estar praticamente convicto de que todos os outros membros são seus irmãos.

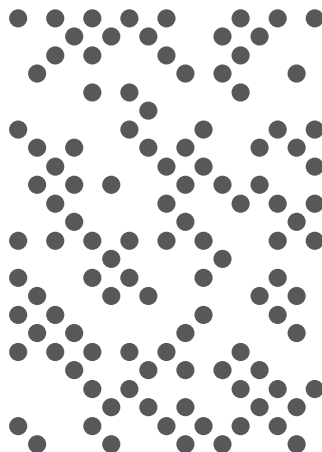
O outro meio é a organização revolucionária, a organização para a ação. Se as insurreições populares de Lyon, de Marselha e das outras cidades da França fracassaram, foi porque não havia nenhuma organização. Posso falar com pleno conhecimento de causa, visto que estive por lá e sofri com isso. E se a Comuna de Paris hoje se mantém tão valentemente é porque durante todo o cerco os operários se organizaram com seriedade. Não é sem razão que os jornais burgueses acusam a Internacional de ter produzido essa insurreição magnífica de Paris. Sim, digamo-lo com orgulho, são os nossos irmãos internacionais que, por seu trabalho perseverante, organizaram o povo de Paris e tornaram possível a Comuna de Paris.

Sejamos portanto bons irmãos, companheiros, e organizemo-nos. Não acrediteis que estejamos no fim da Revolução, estamos em seu começo. A Revolução está, doravante, na ordem do dia, por muitas décadas. Ela virá nos encontrar, cedo ou tarde; preparemo-nos, portanto; purifiquemo-nos, tornemo-nos mais reais, menos discursivos, menos ruidosos, menos fraseadores, menos beberrões, menos falastrões. Cerremos fileiras

e preparemo-nos dignamente para essa luta que deve salvar todos os povos e emancipar enfim a humanidade.

Viva a Revolução social! Viva a Comuna de Paris!





Este livro foi composto com as fontes das famílias tipográficas **LORA** para seu texto corrido e **OSWALD** para as titulações. Para esta tiragem, imprimiu-se o miolo em monocromia digital sobre papel offwhite 80 g/m² e a capa em policromia sobre papel cartão 250 g/m², sob a demanda da **Organização Socialista Libertária (OSL)**.